

Jornal

30 de Agosto



Mar/Abr 2010



Mobilização do dia 16/03 deu início à **Campanha Salarial 2010**.

Próxima mobilização será dia 27/04 com **aulas de 30 minutos**.

*Leia mais
na página*

03



Leia nesta edição:

Negociações com o governo continuam pág.
04

Projeto de lei do PDE está na Assembleia Legislativa pág.
05

SAS: rumo a um novo modelo pág.
06

CONAE consolida propostas da educação brasileira pág.
07

PNDH: movimentos sociais apóiam a íntegra do plano pág.
13

Trabalhadores organizam 1º de maio pág.
14

27 de abril: dia de paralisação parcial

Companheiros e companheiras de travessia,

Iniciamos 2010 demonstrando a união de nossa categoria e dispostos a dar passos importantes em direção à ampliação da qualidade da educação pública e à valorização profissional que tanto almejamos. Por um lado, com força e organização demos largada a nossa campanha salarial com uma grande paralisação no último dia 16 de março. Por outro, consolidamos na Conferência Nacional de Educação reivindicações históricas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação em todo o país.

Mobilização – Nossa campanha salarial continua. A mobilização do dia 16 de março demonstrou a força da categoria e fez com que o governo colocasse na ordem do dia nossa pauta de reivindicação. A reposição da inflação de 5% foi aprovada pela Assembleia Legislativa. No entanto, tendo em vista nossa luta pela

equiparação salarial, queremos um reajuste diferenciado para professores e funcionários. O calendário eleitoral nos trará dificuldades, mas com mobilização poderemos superá-las. Assim, a última assembleia da APP-Sindicato definiu uma **paralisação parcial no dia 27 de abril com aulas de 30 minutos**. É fundamental a participação de todos e todas para darmos continuidade ao processo de negociação com o governo.

Conferências - O resultado da CONAE – Conferência Nacional de Educação - acontecida no início do mês de abril em Brasília, foi extraordinário. As resoluções da conferência reforçam o caráter público da educação, a qualidade da oferta da educação pública, a ampliação do investimento na educação, e a melhoria das condições de trabalho e de salário dos educadores do país. Estas serão consolidadas no Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos. Nossa tarefa agora é pressionar o Congresso Nacional para que aprovem o novo Plano (PNE) de acordo as resoluções da CONAE, convocada pelo Ministério da Educação.

Paraná – A luz das deliberações da CONAE, nosso sindicato realizará neste primeiro semestre conferê-

cias regionais de educação da APP em todo o estado. O objetivo é avaliar as políticas educacionais e de valorização profissional do último período e definir nossas propostas para o próximo governo. Estas, sistematizadas em uma Conferência Estadual da APP, serão encaminhadas a todos os candidatos ao governo do estado do Paraná. No início do segundo semestre realizaremos um debate com estes candidatos. Na ocasião, os mesmos terão a oportunidade de assinar uma carta compromisso com os educadores do Paraná.

Fique atento ao calendário das conferências nos Núcleos sindicais e ao portal da APP-Sindicato. Participe!

Esta edição do Jornal 30 de agosto apresenta informações da nossa mobilização e do processo de negociação com o governo. Utilize o jornal para o debate nas escolas no dia 27 de abril.

Boa leitura!

Diretoria Estadual da APP-Sindicato

AGENDA

Abril

22 a 24/04

• VII Encontro do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnicoracial do Paraná, Ginásio do Centro de Educação Física da UEL, Londrina - Paraná

26 a 30/04

Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública (CNTE)

26/04

Aniversário da APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

27/04

Mobilização Estadual dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

Maio

01/05

• 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador - Araucária - Paraná, Praça da Bíblia, em frente à Câmara Municipal

14 a 15/05

• Encontro regional Nordeste do DEFE

14/05

• Seminário Saúde do Trabalhador (SAS, SUS, Previdência)

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas												
NÍVEIS	Classes											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
PDE	Nível III	1.577,69	1.656,57	1.739,40	1.826,37	1.917,69	2.013,58	2.114,26	2.219,97	2.330,97	2.447,52	2.569,90
Especialização	Nível II	922,44	968,56	1.016,99	1.067,84	1.121,23	1.177,29	1.236,16	1.297,97	1.362,86	1.431,01	1.502,56
Lic. Plena	Nível I	737,95	774,85	813,59	854,27	896,98	941,83	988,92	1.038,37	1.090,29	1.144,80	1.202,04
Lic. Curta + Adic.	Nível Esp. III	627,27	658,63	691,57	726,14	762,45	800,57	840,60	882,63	926,76	973,10	1.021,76
Lic. Curta	Nível Esp. II	553,47	581,14	610,20	640,71	672,75	706,38	741,70	778,79	817,73	858,61	901,54
Magistério	Nível Esp. I	516,56	542,39	569,51	597,98	627,88	659,28	692,24	726,85	763,19	801,35	841,42

OBS: AUXÍLIO TRANSPORTE (AT) por 20H - R\$ 215,28

Tabela Salarial dos Funcionários - ATUALIZADA COM 6%												
Agente Educacional I						Agente Educacional II						
Nível		Nível		Nível		Nível		Nível		Nível		
Classe		Classe		Classe		Classe		Classe		Classe		
1	R\$ 667,10	19	R\$ 1.305,40	1	R\$ 1.000,65	19	R\$ 1.958,10	1	R\$ 1.038,67	19	R\$ 2.032,51	
2	R\$ 692,45	20	R\$ 1.355,01	2	R\$ 1.078,15	21	R\$ 2.109,74	2	R\$ 1.119,12	22	R\$ 2.189,92	
3	R\$ 718,76	21	R\$ 1.406,49	3	R\$ 1.161,64	23	R\$ 2.273,13	3	R\$ 1.205,78	24	R\$ 2.359,51	
4	R\$ 746,08	22	R\$ 1.459,94	4	R\$ 1.251,61	25	R\$ 2.449,17	4	R\$ 1.299,17	26	R\$ 2.542,24	
5	R\$ 774,43	23	R\$ 1.515,42	5	R\$ 1.348,53	27	R\$ 2.638,85	5	R\$ 1.399,77	28	R\$ 2.739,12	
6	R\$ 803,85	24	R\$ 1.573,01	6	R\$ 1.452,96	29	R\$ 2.843,21	6	R\$ 1.508,18	30	R\$ 2.951,25	
7	R\$ 834,40	25	R\$ 1.632,78	7	R\$ 1.565,49	31	R\$ 3.063,40	7	R\$ 1.624,98	32	R\$ 3.179,81	
8	R\$ 866,10	26	R\$ 1.694,82	8	R\$ 1.686,73	33	R\$ 3.300,64	8	R\$ 1.750,82	34	R\$ 3.426,06	
9	R\$ 899,02	27	R\$ 1.759,23	9	R\$ 1.817,36	35	R\$ 3.556,25	9	R\$ 1.886,42	36	R\$ 3.691,39	
10	R\$ 933,18	28	R\$ 1.826,08	10	R\$ 1.817,36	36	R\$ 3.691,39	10	R\$ 1.886,42			
11	R\$ 968,65	29	R\$ 1.895,47	11	R\$ 1.886,42			11	R\$ 1.886,42			
12	R\$ 1.005,45	30	R\$ 1.967,50	12	R\$ 1.958,10			12	R\$ 1.958,10			
13	R\$ 1.043,66	31	R\$ 2.042,26	13	R\$ 2.032,51			13	R\$ 2.032,51			
14	R\$ 1.083,32	32	R\$ 2.119,87	14	R\$ 2.109,74			14	R\$ 2.109,74			
15	R\$ 1.124,49	33	R\$ 2.200,42	15	R\$ 2.189,92			15	R\$ 2.189,92			
16	R\$ 1.167,22	34	R\$ 2.284,05	16	R\$ 2.273,13			16	R\$ 2.273,13			
17	R\$ 1.211,57	35	R\$ 2.370,84	17	R\$ 2.359,51			17	R\$ 2.359,51			
18	R\$ 1.257,62	36	R\$ 2.460,93	18	R\$ 2.449,17			18	R\$ 2.449,17			

A tabela do QPPE pode ser acessada em nosso portal: www.appsindicato.org.br OBS: AUXÍLIO TRANSPORTE - R\$ 200,13



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE
 Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br
 • Presidente: Marlei Fernandes de Carvalho • Secretário de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Paixão da Rocha • Jornalistas: Andréa Rosendo (4962-PR), Edianês Vieira (7704-RS), Simone Giacometti (4441-PR) e Valnísia Mangueira (893-SE) • Projeto Gráfico e diagramação: Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • Revisão: Carlos Barbosa • Foto da capa: Guilherme Artigas • Impressão: WL Impressões • Tiragem: 55 mil exemplares.

Gestão Independência, Democracia e Luta - 2008-2011

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretaria Geral • José Rodrigues Lemos - Secretaria de Política Sindical • Janeslei A. Albuquerque - Secretaria Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretaria de Funcionários • Miguel Angel Alvarez Baez - Secretaria de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretaria de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Áurea de Brito Santana - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoko Falleiros - Secretaria de Aposentados • Silvana Prestes Rodacoswski - Secretaria de Políticas Sociais • José Ricardo Corrêa - Secretaria de Organização • Isabel Catarina Zöllner - Sec. de Formação Política Sindical • Maria Madalena Ames - Secretaria de Sindicalizados • Lirani Maria Franco da Cruz - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretaria de Saúde e Previdência

Dia 27 de abril: Dia de paralisação parcial

Após saldo positivo da paralisação do dia 16 de março, educadores continuam mobilizados. No próximo dia 27 realizam debates e aulas de 30 minutos nas escolas

A equiparação salarial, um dos principais pontos da pauta de reivindicação da categoria na Campanha Salarial 2010 da APP-Sindicato, será debatida entre os educadores em todas as escolas públicas do Paraná. A mobilização do dia 27 de abril foi definida pela categoria na assembleia realizada pelos educadores no dia 27 de março. Estes decidiram manter a mobilização para fortalecer as negociações com o governo. A redução das aulas de 50 para 30 minutos servirá para professores e funcionários analisarem o andamento das negociações da categoria com o governo.

A campanha salarial ganhou visibilidade na mobilização do dia 16 de março. Na ocasião, professores e funcionários de escolas demonstraram a união e a força da categoria. Em todo o Estado, a maior parte das escolas paralisou as atividades. Além

de realização de atos nas principais cidades do Paraná, a mobilização, em Curitiba, surpreendeu. Mais de seis mil educadores caminharam da Praça Santos Andrade até o Palácio das Araucárias, sede do governo do Estado.

Avanços – Após a caminhada, uma comissão da diretoria da APP-Sindicato foi recepcionada, no Palácio das Araucárias, pelo então vice-governador Orlando Pessuti e as Secretárias Maria Marta Lunardon (Secretaria de Administração e Patrimônio - Seap) e Yvelise de Freitas Arco Verde (Secretaria de Estado da Educação – Seed). A reunião, que durou quase três horas, tratou dos itens de pauta da Campanha Salarial 2010 da entidade e o resultado foi positivo.

A mobilização que colocou a questão salarial na pauta do governo acelerou a posse dos concursados aprovados nos últimos concursos pú-



Comissão da APP-Sindicato foi recebida pelo vice-governador e pelas secretárias e representantes da Seed e Seap

Guilherme Artigas

blicos, a liberação de licenças especiais, a progressão dos funcionários, o envio do projeto de lei do Programa de Desenvolvimento Educacional

(PDE) para a Assembleia Legislativa do Paraná, a abertura de Edital para contratação de funcionários PSS, entre outras.

Equiparação Salarial e Saúde são temas para o dia 27 de abril

A reposição da inflação de 5% já está garantida (por meio da Lei Estadual nº 15.512 conquistada em 2007). O projeto de lei encaminhado pelo governo já foi aprovado na Assembleia Legislativa. Por meio da lei 15512/07, a cada ano, no mês de maio, o governo fica responsável por fazer a reposição inflacionária. Esta conquista é importante, uma vez que em boa parte dos estados e municípios os educadores não estão tendo nem a reposição de inflação. No entanto, a luta da categoria é pela equiparação salarial. Assim, dia 27, vamos cobrar uma resposta do governo em relação ao reajuste diferenciado para a categoria. O calendário eleitoral traz dificuldades para o reajuste, mas não o impede. Este tem sido o entendimento do sindicato.

O governo tem argumentado que a previsão orçamentária do Estado para este ano não está sendo consolidada. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) prevê um déficit orçamentário, em 2010, de aproximadamente 1 bilhão, o que traria um



Mobilização fortaleceu Campanha Salarial 2010 da APP

Guilherme Artigas

corte de 300 milhões na Educação.

Esta não é avaliação do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo o economista do órgão, Cid Cordeiro, o Estado, utilizando os

recursos da Educação, tem condições pra conceder um reajuste diferenciado aos educadores, já que os estudos demonstram a existência de margem financeira e fiscal para o reajuste.

A mobilização do dia 27 de abril acontecerá em conjunto com o Fórum dos Servidores Estaduais. Educadores e servidores públicos estarão reunidos em Curitiba, no período da manhã, em frente ao Palácio das Araucárias para cobrar do governo o reajuste em 14,89% das gratificações, retroativo ao mês de março/2010, o pagamento antecipado do reajuste geral (5%) incidente já para o mês de abril/2010; melhorias do Sistema de Atendimento à Saúde (SAS), a implementação das cláusulas sociais com imediato reajuste, ampliação e restauração do auxílio alimentação, vale transporte e educação infantil/creche, além da imediata admissão/contratação dos concursados.

Com a aprovação em 2007 da Emenda Constitucional nº 21 que elevou de 25% para 30% os investimentos do Estado do Paraná para a Educação, o total de investimento com o ensino foi de R\$ 4.004.280.720,23 bilhões no ano passado. A Educação Básica recebeu um total de R\$ 3.277.327.529,56 bilhões, resultando 26,31% de investimento. O Ensino Superior recebeu R\$ 726.953.190,67 milhões, resultando em 5,84% de investimentos.

Recursos destinados à educação básica nos últimos 8 anos

Ano	Investimentos Educação (R\$)	Percentual
2002	1.532.379.000,00	26,33%
2003	1.752.551.000,00	26,18%
2004	2.101.062.000,00	25,08%
2005	2.377.498.000,00	27,18%
2006	2.638.595.575,48	28,37%
2007	3.116.740.099,61	30,31%
2008	3.454.800.000,00	30,00%
2009	4.004.280.720,23	32,15%

Fonte: DIEESE / APP-Sindicato

Mobilizações reforçam negociações com o governo

Passeata do dia 16 de março garantiu conquistas para a categoria

A paralisação do dia 16 de março, convocada pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) em defesa do Piso Salarial Profissional Nacional, aconteceu na maioria dos estados brasileiros. No Paraná, cerca de 95% dos educadores aderiram à mobilização visando também o cumprimento dos itens que compõem a Campanha Salarial da categoria. Mais de seis mil educadores lotaram as ruas de Curitiba em defesa da educação pública de qualidade. Na oportunidade, saíram em passeata da Praça Santos Andrade em direção ao Palácio das Araucárias, no Centro Cívico, para buscar o atendimento da pauta de reivindicações. A mobilização acelerou o atendimento de importantes itens. Veja as conquistas obtidas:

Posse dos aprovados nos concursos públicos

Professores - Por meio do Decreto 6471/2010, o governo anunciou a posse de 2.159 candidatos aprovados no Concurso Público para Professor do Quadro Próprio do Magistério 2007. A posse ocorreu nos dias 05 e 06 de abril de 2010.

Prorrogação do Concurso de 2007 - A Resolução 10152/2010 prorrogou o Concurso de 2007 até 16 de março de 2012. Os procedimentos para chamamento permanecerão os mesmos; haverá possibilidade de novas convocações durante o período de vigência.

Funcionários - O Edital 39/2010 apresentou o resultado da avaliação médica dos candidatos aprovados no Concurso Público 2005 para o Agente Educacional I (Agente de Apoio). Os concursados aguardavam o resultado há quase um ano. A APP cobra, agora, a posse destes o mais rápido possível.

Ampliação de vagas - A pedido da APP, a Seed solicitou à Secretaria da Administração e da Previdência (SEAP) a ampliação de mais 2.535 vagas no Concurso Público 2005 para o Agente Educacional I.

Posse dos funcionários - Agente educacional II - Os Decretos Nº 6332 e 6333/2010 permitiram que aproximadamente 2.400 funcionários de escolas fossem nomeados para exercer o cargo de Agente Educacional II. Com a nomeação, deverão escolher a vaga na ordem de classificação no concurso e aguardar convocação para nova avaliação médica a ser divulgada no site da Cops - Co-



Guilherme Arigas

ordenadoria de Processos Seletivos, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Os nomeados devem se informar sobre a posse nos Núcleos de Educação de origem.

Falta de Funcionários nas Escolas - Após a mobilização de 16 de março, o governo publicou o Edital 51/2010 para contratação de funcionários pelo Processo de Seleção Simplificado (PSS).

Cargo de 40 horas - Segundo o governo, o cargo de 40 horas será implantado neste mês de abril retroativo a fevereiro. Os professores, aprovados no Concurso Público para Professor do Quadro Próprio do Magistério 2007 e contemplados com o Cargo de 40 horas, não devem assumir o novo padrão.

Licença especial - As licenças estão sendo liberadas. O primeiro período para licença especial será de 19 de abril a 17 de julho de 2010. Todos os professores que realizaram a dobra de padrão terão direito a licença especial no padrão de 40 horas.

Projeto de Lei PDE - O governo entregou na Assembleia Legislativa

do Paraná (Alep) o Projeto de Lei do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) no dia 22 de março. O PL visa transformar o PDE em política de Estado, garantindo a formação continuada para dois mil professores da rede pública estadual. A gratificação para mestrado e doutorado e a licença para escrita da dissertação ou tese serão debatidas com Seed e devem se concretizar através de lei específica.

PDE / Enquadramento no nível III - A APP cobrou o enquadramento dos formandos do PDE no Nível III da tabela salarial. O processo está no GRHS e a inclusão deverá ocorrer até o mês de maio.

Lei sobre o convênio da Educação Especial - O governo também enviou à Alep o PL que garante recursos financeiros para a educação especial. Por meio do PL, o Estado irá garantir - anualmente - recursos para o ensino especial. Estes serão repassados pelo Estado a instituições municipais, estaduais e mantenedoras de ensino especial, alcançando 380 instituições que atendem 41 mil alunos em todo o

Paraná.

Progressão dos funcionários - A APP cobrou agilidade no processo de progressão dos funcionários. As escolas já receberam a ficha de avaliação de acordo com os critérios já definidos pela Resolução Nº 4473/2009. O resultado da primeira avaliação de desempenho será obtido pela média aritmética dos critérios: assiduidade, pontualidade, participação e produtividade. Será assegurada progressão de uma classe ao funcionário que na primeira avaliação de desempenho atingir conceito "excelente ou muito bom". Todos os Agentes Educacionais I e II deverão ser avaliados independentemente se terão ou não progressão neste ano.

Gripe A-H1N1 - A APP encaminhou ofício à Secretaria de Educação solicitando que a vacina contra a gripe A-H1N1 (gripe suína) seja estendida a todos os educadores. No último dia 12 de abril, a liminar concedida pela 2ª Vara Federal de Curitiba acatou o pedido de imunização para todas as faixas etárias (três a 19 anos, 40 a 49, 50 a 59 e com mais de 60), incluindo a população considerada de menor risco pelo Ministério da Saúde. Doses da vacina contra a gripe A (H1N1) estarão disponíveis para a toda a população no Paraná.

Projetos de escolas - A APP cobrou novamente o critério utilizado pela Seed para suprimento em projetos especiais das escolas, tais como 'Salas de Apoio' e 'Viva Escola'. A Seed afirmou que foi liberado o suprimento nas aulas extraordinárias para os dois projetos. O encaminhamento irá para as escolas, por meio de Instrução Normativa.

Mobilização da categoria

- **19 a 25 de abril** - Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública
- **Até 26/4** - Assembleias Regionais Extraordinárias juntamente com as assembleias ordinárias estatutárias para debater mobilização e reivindicações;
- **27 de abril** - Dia de paralisação parcial com aulas de 30 minutos nas escolas - Ato em Curitiba junto com o Fórum dos Servidores Públicos do Paraná.

APP acompanha tramitação do projeto de lei do PDE

Proposta já foi aprovada na CCJ e deve seguir, em breve, para votação no plenário da Alep

A direção da APP-Sindicato presenciou a entrega feita pelo então vice-governador, Orlando Pessuti, da mensagem de autoria do governo que transforma o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) em política pública. O fato ocorreu no dia 22 de março, na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

No dia 6 de abril, a Comissão de Constituição e Justiça – que define a constitucionalidade – aprovou a proposta (o Projeto de Lei Complementar nº 125/10), que seguiu para Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia (Cecect). Na sequência, o projeto seguirá para votação no plenário.

O PDE foi criado em 2004 (durante o plano de carreira dos professores) e implementado em 2005. É um programa de capacitação continuada, voltado aos professores da educação básica da rede pública estadual de ensino. Para a presidente da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho, garantir a continuidade da iniciativa sempre foi uma bandeira do sindicato.

“Nós temos acompanhado a tramitação, pois este é um dos projetos centrais para a nossa categoria. Ele permite que o professor saia da sala de aula, durante um período, e estude, algo extremamente relevante para uma categoria que não tem tempo para estudar devido à sobrecarga de



Andréa Rosendo

Diretores da APP estiveram presentes na sessão durante a entrega do projeto

trabalho”, destaca Marlei.

Ela também lembra que a proposta foi amplamente debatida entre entidade e governo e que, agora, todos esperam que ela seja aprovada rapidamente, para que todos os professores e professoras sejam beneficiados.

Vagas – A proposta que está na Alep diz, entre

outras coisas, que os critérios de ingresso serão definidos pela Secretaria de Estado da Educação (Seed) e que esta deverá garantir, no mínimo, uma oferta anual a 3% dos professores da rede. Isto significa cerca de 2 mil vagas. Para ler o projeto na íntegra, acesse o site da APP: www.appsindicato.org.br, na seção ‘Legislação’.

Luta pela valorização dos funcionários avança

Curso superior, debate sobre diretrizes da carreira e remuneração, criação de data alusiva à categoria são algumas das vitórias

O ano de 2010 começou com uma série de boas notícias para os funcionários de escola, tanto no Paraná como no restante do país. Entre elas, a realização das audiências públicas, organizadas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que estão debatendo as diretrizes nacionais para os planos de carreira e remuneração dos profissionais não docentes da educação escolar pública básica.

A primeira ocorreu no início de março em Brasília, a segunda no dia 17 de março, em Curitiba, e a última será realizada em 3 de maio, em Olinda (PE). Segundo o secretário de Funcionários da APP-Sindicato, José Valdivino de Moraes, o objetivo dos encontros é estudar e propor diretrizes para os planos de carreira que contemplem os profissionais da educação que não compõem o quadro do magistério.

“Ao final deste processo, pretendemos avançar em duas frentes importantíssimas: a vinculação da carreira à educação, que permitirá aos funcionários sair dos quadros gerais dos Estados e municípios, e a contratação exclusiva por concurso público, que acabará, definitivamente, com o processo de terceirização de contratos que ainda ocorrem pelo país”, explica Valdivino.

Curso superior – Desde o início do ano a APP-Sindicato tem debatido, em conjunto com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), a criação e implementação de três cursos superiores tecnológicos voltados para os funcionários de escola. Serão: Tecnologia em Mediação de Leitura em Bibliotecas Escolares, Tecnologia em Educação Alimentar na Educação Básica e Tecnologia em Gestão da Educação Básica. A previsão para o início das aulas é agosto de 2010.

Os cursos serão oferecidos nos câmpus do IFPR de Curitiba (Gestão da Educação Básica), Foz do Iguaçu (Educação Alimentar na Educação Básica) e Palmas (Mediação de Leitura em Bibliotecas Escolares). Segundo o secretário de Funcionários da APP, o Instituto será responsável pela formatação dos programas e buscará a autorização do Ministério da Educação (MEC) para o funcionamento dos cursos.

A APP coube a tarefa de mobilizar a categoria para apresentar a demanda. Desde o início de março, quando foram publicadas fichas de pré-inscrição no site da entidade e disponibilizadas nos núcleos sindicais, mais de 800 interessados preencheram o formulário. Inclusive educadores de municípios onde não há, ain-



Audiência debate papel dos profissionais não-docentes na educação

da, previsão da implantação dos cursos. “Mas estas pessoas não devem desanistar, estamos trabalhando tanto a ampliação do número de habilitações, como na possibilidade de que os cursos sejam oferecidos nas 14 unidades do IFPR no Estado”, destacou.

Dia do Funcionário – No dia 24 de março foi promulgada a lei que instituiu, no Paraná, o dia 7 de agosto como “Dia do Funcionário de Escola”. O projeto, de autoria do deputado estadual Professor Lemos, é, segundo o autor, “uma homenagem justa”.

Edianês Vieira

Radiografia do SAS, rumo a um novo modelo

Atual Sistema de Saúde do Servidor Público apresenta falhas de atendimento e gerência

Em quase 8 anos do atual governo, os gastos com o atual Sistema de Assistência a Saúde (SAS) tiveram um reajuste de apenas 14%, enquanto a inflação do período ficou em 64%. Isso significa que em 2002, o governo aplicava R\$ 18,57 por pessoa ao mês no SAS. Quase oito anos depois, o valor subiu para R\$ 21,20, ou seja, um aumento de 14%.

Entre 2002 e 2009, a variação de preços dos serviços médicos foi de 63%. Seria necessário, então, um aumento de 43% para que a defasagem em relação a 2002 fosse coberta, segundo dados do Dieese. Quando da criação do SAS, havia cerca de 350 mil usuários, e o sistema recebia recursos de R\$ 78 milhões por ano, segundo a SEAP. Hoje o sistema conta com 410 mil beneficiários e um orçamento anual de R\$ 104,3 milhões, o que representa uma média mensal de R\$ 8,7 milhões.

De acordo com o secretário de Saúde e Previdência da APP-Sindicato, Idemar Beki, obviamente que estes números precisam ser melhor analisados e um amplo diagnóstico do SAS precisa ser realizado a fim de saber se o repasse anual de R\$ 104,3 milhões é utilizado na sua integralidade com os servidores públicos e seus dependentes. Também é preciso ficar claro se os hospitais contratados pelo Estado investem realmente os 100% dos valores repassados (*per capita*) no atendimento dos servidores.



Professor Idemar Beki é secretário de Saúde e Previdência da APP-Sindicato

Idemar destaca que nem todos os servidores públicos do Paraná e seus dependentes utilizam os serviços médicos hospitalares, apesar de os valores referentes a eles serem repassados aos hospitais. A não utilização do sistema por parte dos servidores ocorre por vários aspectos, como dificuldade de acesso os serviços, morosidade burocrática e opção de acesso a outros serviços de saúde.

É importante destacar, diz Idemar, que no atual modelo de saúde de nada adianta aumentar o volume de recursos repassados. Se não houver controle, os serviços continuarão de baixa qualidade, sem atender o público alvo.

Na avaliação da APP e do Fórum

dos Servidores, é preciso resgatar um novo modelo de atendimento à saúde, baseado em novos princípios. Um deles é a necessidade de pagamento por procedimentos feitos pelo prestador (hospital), que leve em consideração a avaliação de desempenho, ou seja, a qualidade do bom atendimento ao servidor.

A garantia de participação dos trabalhadores na gestão administrativa, fiscalizando a distribuição de recursos públicos e cobrando o investimento exclusivamente no sistema é outro aspecto que o novo modelo de saúde deve priorizar, assim como a destinação de maior investimento financeiro nos procedimentos de alta complexidade.

O secretário de Saúde da APP en-

fatiza ainda a necessidade de descentralização do sistema, para que haja um melhor atendimento em todas as regiões do Estado, assim como a garantia de atendimento à saúde dos trabalhadores que fazem parte de todos os regimes de contratação, incluindo CLT e PSS. É necessário ainda a criação de uma política de atendimento à saúde dos servidores públicos, pois investir em Saúde é consequentemente reduzir custos nas doenças.

Para debater a criação de um novo modelo de saúde para os servidores, foi homologada, em março, a Comissão de Saúde junto ao Fórum dos Servidores Públicos do Paraná, reivindicada desde o ano passado em inúmeras reuniões com a SEAP. Está marcada para o dia 4 de maio a primeira reunião de trabalho entre o Fórum e a SEAP, para tratar do atendimento à saúde dos servidores em todos os aspectos. É importante lembrar que o governador em exercício, Orlando Pessuti, assumiu o compromisso com a APP-Sindicato, em reunião realizada no dia 16 de março, quando da paralisação dos educadores, de trabalhar na viabilização de um novo Sistema de Saúde para os servidores até o final do ano.

Departamento Jurídico da APP na defesa dos educadores

Desde o início de sua trajetória a APP-Sindicato vem realizando um trabalho de acompanhamento e discussão de todas as propostas relacionadas à Educação em trâmite na Assembléia Legislativa do Paraná, nas Câmaras de vereadores e também nos debates Nacionais e Internacionais do setor, sempre defendendo o posicionamento dos profissionais da educação na construção de políticas públicas.

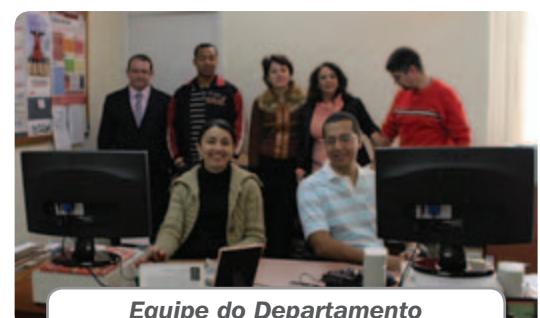
O Sindicato busca todos os canais de interlocução com o Governo e o Poder Legislativo para defender os interesses da categoria e também a qualidade da Educação Pública, sugerindo projetos, emendas e tam-

bém discordando e recorrendo judicialmente, quando necessário, contra as propostas (projetos) que não atendem ao direito de todos os sujeitos envolvidos com a Escola Pública de qualidade.

Segundo a secretaria de Assuntos Jurídicos da APP, Áurea de Britto Santana, o Departamento Jurídico da APP-Sindicato presta atendimento aos sindicalizados nas questões funcionais, ou seja, na relação de trabalho entre educadores versus Estado/Município, tais como: orientação via telefone e pessoalmente, ingresso com ações na justiça, acompanhamento e defesa de processos administrativos.

Atuação - Conforme análise do relatório do mês de fevereiro do ano de 2010, (correspondendo a 18 dias úteis), o Departamento Jurídico da APP realizou os seguintes atendimentos:

- 32 ações ingressadas na justiça;
- 1792 verificação de processos em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho, na Justiça do Trabalho, nas varas Criminais e cíveis, no Tribunal de Justiça, Tribunais Superiores em Brasília e via Internet;
- 82 prazos processuais foram cum-



Equipe do Departamento Jurídico da APP-Sindicato

pridos;

- 14 audiências de processos administrativos e judiciais;
- 1.080 ligações atendidas pelos assistentes administrativos e advogados do departamento.

Conae consolida propostas da Educação Brasileira

Dirigentes da APP-Sindicato analisam os resultados da Conae 2010 para a Educação

A Conferência Nacional de Educação (Conae), que aconteceu em Brasília de 28 de março a 1º de abril, discutiu propostas para um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos 10 anos. As propostas discutidas em todo o Brasil e finalizadas no evento nacional serão encaminhadas como sugestões ao governo federal.

Cerca de 3 mil pessoas, entre delegados e observadores, elaboraram um esboço de um sistema nacional articulado de educação. O novo PNE vai vigorar entre 2011 e 2020. É ele que traça as metas e as prioridades para a educação brasileira neste período. O atual plano termina neste ano.

O Paraná foi representado por 114 delegados, que levaram quase 500 emendas aprovadas para serem apresentadas e discutidas. Representaram a APP a presidente Marlei Fernandes de Carvalho, Janeslei Ap. Albuquerque (Educacional), Luiz Carlos Paixão da Rocha (Imprensa), Terezinha Rodrigues Lemos (Curitiba Norte), José Carlos Corrêa dos Santos (Francisco Beltrão), José Valdivino de Moraes (Funcionários), Nádia Ap. Brixner Mendes (União da Vitória), Celso José dos Santos (Paranavaí), Ana Lúcia Zambão Gutier (Metropolitano), João Batista de

Souza e Camilo Vanzetto (Toledo), Mário Sérgio Ferreira (Curitiba Sul) e o professor Arnaldo Vicente pelo Conselho Estadual de Educação. A assessora da APP Giselle Corrêa, convidada pela Comissão Nacional da Conae, foi a relatora do Eixo II - Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação. A também assessora Rosani Moreira estará representando a Marcha Mundial de Mulheres.

Na avaliação da presidente da APP-Sindicato, Marlei Fernandes de Carvalho, a Conferência foi de fundamental importância para todos os trabalhadores em educação do país e para toda sociedade brasileira, pois referendou os principais temas reivindicados pelos educadores há mais de 20 anos. Entre estes temas ela cita a questão do aumento do PIB; da gestão democrática, com eleições de diretores em todas as modalidades; a questão da continuidade do magistério, que foi uma defesa levada pelos educadores do Paraná; além da ques-

tão do financiamento e da formação.

Outro pilar importante das reivindicações citadas pela professora Marlei foi a formação inicial presencial, que tinha um embate muito grande com a formação a distância. Neste aspecto houve um consenso, por maioria absoluta, que a formação inicial dos professores deve ser de forma presencial. E por fim o Piso Salarial Nacional, que pautou a Conferência inteira, inclusive os discursos do ministro Fernando Haddad e do presidente Lula foram no sentido de perceberem a necessidade de resol-

Plano Nacional de Educação, que começará vigorar a partir do ano de 2010", diz o professor.

Na avaliação da professora Janeslei Aparecida de Albuquerque, secretária Educacional da APP, sobre todos os aspectos a Conferência Nacional de Educação foi grandiosa. "Nossas reivindicações e nossa pauta histórica se mostraram justas e acertadas, pois vieram para essa conferência como os grandes consensos: verba pública só pra escola pública, ampliação dos recursos para a educação, eleições diretas para direções de escolas públicas

em todo o Brasil, inclusive nos municípios, piso salarial e planos de carreira, currículo que contempla a diversidade de gênero, etnia e sexualidade da sociedade brasileira e tantos outros itens".

Para Janeslei, a realização dessa conferência e seu formato democrático, exigindo que começasse desde as unidades menores, os municípios, as escolas, construída a muitas mãos até chegar na sua etapa nacional, foi um dos sinais mais evidentes de que este governo é outro. Estava lá no Regimento Nacional: "a conferência é da sociedade e suas entidades representativas com apoio institucional do MEC".

vermos o mais rápido possível a aplicabilidade do PSPN. Ficou a expectativa de que durante este ano o problema será resolvido definitivamente, para que, de fato, todos os trabalhadores de educação tenham um piso salarial em todos os cantos deste país.

Para o secretário de Imprensa da APP-Sindicato, Luiz Carlos Paixão da Rocha, a Conae possibilitou que todos os segmentos envolvidos na educação pudessem apresentar e discutir propostas para a construção de uma política nacional de educação para os próximos 10 anos. "Foi um momento histórico para a educação brasileira. A maioria das proposições e reivindicações que temos feito nos últimos 20 anos foram aprovadas, especialmente as que tratam da qualidade da educação pública e da valorização dos profissionais da educação. Temos que agora acompanhar todo o processo de tramitação no Congresso Nacional da Lei que instituirá o



Caravana da APP-Sindicato teve presença marcante na Conae, que foi aberta pelo Ministro da Educação

Secretaria de Municipais acompanha mobilizações

A Secretaria de Municipais da APP-Sindicato realizou trabalho destacado nos últimos meses junto aos educadores das redes municipais de ensino do Paraná.

Em Campo Mourão, a Secretaria acompanhou a paralisação realizada pelos professores municipais em 16 de março. A categoria rejeitou a proposta da prefeitura, que ofereceu reajuste de 4,8%. O pedido inicial era de 34,5%. Os servidores reclamam que em 2009, mesmo em meio à crise, vários cargos comissionados tiveram as gratificações aumentadas.

Fazenda Rio Grande - No dia 25 de março, dirigentes e assessores da APP-Sindicato estiveram presentes no município de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, para participar de audiência com o prefeito Francisco Santos e debater a pauta de reivindicações dos trabalhadores da educação. Os professores e funcionários de escolas daquele município querem a implantação da Lei 712/2009, que

estabelece a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da educação (FUNDEB) em 80% destinado à remuneração dos professores e 20% para a dos demais educadores, a implantação do vale-alimentação, entre outros.

Ortigueira - Em Ortigueira, o trabalho foi de orientação e acompanhamento das negociações com a prefeitura municipal sobre a implementação do Piso Salarial Profissional Nacional. Além da Secretaria de assuntos municipais do NS de Ponta Grossa, Maria Roseli de Col, acompanharam a assembleia neste município os dirigentes estaduais da APP-Sindicato, Edilson de Paula (Diretor de Assuntos Municipais), José Lemos (Diretor de Políticas Sindicais) e Luiz Carlos Paixão da Rocha (Diretor de Imprensa e Divulgação).

O professor Edilson fez um histórico das lutas e conquistas desde o momento de filiação dos professores

municipais de Ortigueira à APP. Na sequência, Edilson apresentou aos educadores documentos entregues pela prefeitura municipal horas antes da assembleia. Um ofício tratando da reposição da data base e a cópia de um anteprojeto de lei, a ser encaminhado à Câmara Municipal implementando o PSPN no município. Em relação à reposição, o documento da Prefeitura afirma que a reposição na data base (abril) está condicionada à avaliação da receita municipal nos meses de março e abril.

Também em Colorado os professores municipais fizeram um dia de paralisação, em 4 de março com objetivo de sensibilizar o Executivo e o Legislativo municipal no avanço das negociações para atender a demanda da categoria.

Cândido Rondon - Os professores municipais de Marechal Cândido Rondon fizeram uma grande passeata pelas ruas, dia 16 de março, rumo à prefeitura para uma audiência com o Executivo. Participaram da reunião



Professores municipais de Marechal Cândido Rondon fizeram passeata dia 16

o assessor da APP-Sindicato, José Carlos dos Santos, o presidente do Núcleo Sindical de Toledo, João Batista de Souza, o secretário de Formação Carlos Seibert e a comissão de professores municipais. Foram assumidos pelo Executivo Municipal vários compromissos, entre eles, que o PCCR (Pano de Cargo Carreira e Remuneração) dos professores não seja enviado à Câmara de Vereadores sem a participação e a discussão ampla com a categoria em espaço público e democrático.

Seminário Estadual de Aposentados da APP definiu ações para 2010

A secretaria estadual de Aposentados/as da APP-Sindicato realizou, no dia 24 de março, no salão nobre da entidade, o I Seminário Estadual de Secretárias e Secretários de Aposentadas/os. A atividade, voltada aos secretários/as desta pasta dos 29 núcleos sindicais da APP teve por objetivo organizar as ações para 2010 e avaliar as atividades políticas sindicais dessas secretarias no decorrer do ano passado.

As atividades foram iniciadas pela secretária estadual de Aposentados/as da APP-Sindicato, professora Tomiko Kiyoku Falleiros no período da manhã. Após dar as boas vindas aos participantes, falou sobre a importância de se debater os assuntos relacionados ao segmento e de manter a unidade dos aposentados dentro do conjunto do sindicato.

A presidente da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho, enalteceu e agradeceu o trabalho dos se-

cretários regionais de Aposentados, ressaltando a luta incansável dos professores/as aposentados/as e a importância de continuar se organizando e lutando pelos seus direitos. Na oportunidade, a presidente fez ainda os informes gerais, relatando e esclarecendo alguns pontos que diz respeito aos aposentados, tais como contribuição previdenciária, saúde do servidor, tabela salarial (nível III), entre outros.

A secretária geral Mariah Seni Vasconcelos Silva e a assessora da presidência Ana Tereza Alves também agradeceram o trabalho e a luta dos aposentados/as na construção da história de lutas da APP-Sindicato. A Secretaria estadual de Formação, professora Isabel Catarina Zollner, fez análise da conjuntura política dentro do cenário estadual e nacional. Segunda ela, a APP-Sindicato tem participado de modo ativo no desenvolvimento das políticas públicas ao lado das lutas pelos direitos da categoria e



Professoras Tomiko Kiyoku Falleiros e Isabel Catarina Zollner na abertura do evento

na defesa por uma educação pública de qualidade, com melhores condições de trabalho e com política salarial justa.

Planejamento 2010 - No período da tarde, Tomiko apresentou um balanço das ações políticas sindicais conduzidas pela Secretaria de Aposentados em 2009. Em seguida, co-

locou em discussão para grupo os eixos do planejamento estratégico para 2010, com o objetivo de orientar as ações das secretarias de Aposentados dos 29 núcleos sindicais. Por fim, as secretárias/os apresentaram a dinâmica do coletivo de Aposentados/as, relatando as atividades realizadas no ano passado.

País inteiro se mobiliza em defesa do PSPN

Os educadores foram às ruas porque estão dispostos a lutar para fazer valer o seu direito

O Dia Nacional de Paralisação pela implantação do Piso do Magistério da Educação Pública, convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), teve adesão positiva em praticamente todo o país. Nos estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins o índice de paralisação ficou entre 80 e 100%.

No Paraná, a aula da rede estadual de ensino do Paraná foi nas ruas no dia 16 de março. Mais de seis mil educadores lotaram as ruas da capital numa passeata em defesa da educação pública de qualidade. Mais de 95% dos educadores do Paraná aderiram à paralisação nacional.

A luta em defesa do PSPN é uma constante em todo o país. O presidente Lula anunciou, no último dia da Conae, em Brasília, que vai pessoalmente conversar com os governadores que não pagam o Piso Salarial Nacional dos profissionais de educação. Numa defesa contundente de

reivindicações históricas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Lula afirmou que “o casamento entre educação de qualidade e valorização do professor tem que ser indissolúvel”.

O presidente lamentou que alguns estados ainda não paguem o piso e se dispôs a falar com os governadores, atendendo a uma sugestão feita pelo ministro da educação, Fernando Haddad, também durante a Conae.

“Terminou o tempo de tratar as professoras como normalistas ou professorinhas. Esse sonho acabou. Os professores tiveram a profissão sucateada e mal tratada. A remuneração faz parte da qualidade da educação e eu não me conformo que um piso de R\$ 1.020,00 é bom para um educador que toma conta de nossos filhos”, lamentou o presidente.

O ministro Haddad sugeriu ao presidente que adote em relação ao piso a mesma postura que teve com o salário mínimo e “reúna governadores, prefeitos e entidades como a CNTE para fixar metas para recom-

por a remuneração dos educadores”, disse Haddad.

Para o presidente da CNTE, Roberto Franklin de Leão, o fato de o presidente Lula ter se comprometido em conversar com os governadores demonstra a importância que o piso tem. “O presidente reconheceu que os professores ganham mal. Ele se dispôs a construir um processo de debate e esse é um peso muito importante e eu espero que a gente consiga avançar na implantação efetiva do Piso”, afirmou.

Leão destacou que ainda há uma divergência entre os valores que o governo reconhece para o piso (R\$ 1.020,00) e o defendido pela CNTE (R\$ 1,3 mil). “Mas isso faz parte do debate. Só não aceitamos desvincular o piso do Fundeb. Mas a CNTE tem sempre disposição em discutir”, disse.

O ministro Haddad lamentou que a baixa remuneração dos professores esteja afastando os jovens da carreira de magistério. “Se quisermos que a educação seja prioridade número

PISO E CARREIRA ANDAM JUNTOS



CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação www.cnte.org.br

CUT Central Única dos Trabalhadores

CTB Central dos Trabalhadores do Brasil

CTA Central dos Trabalhadores do Comércio

um no país, temos que contar com o trabalhador em educação”, concluiu Haddad. (CNTE)

11ª Semana Nacional em Defesa da Educação Pública



XI Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública promove ações pela educação e valorização do profissional no Brasil, durante a Semana Mundial pela Educação

De 19 a 25 de abril acontece a Semana de Ação Mundial pela Educação com o tema “1Goal - Um gol Pela Educação”. Resultado de uma parceria da Campanha Global com a FIFA pelo cumprimento do Programa Educação Para Todos.

A campanha pretende potenciali-

zar o poder que um evento como a Copa do Mundo possui para alertar a todos para a necessidade de se reverter a situação de milhares de crianças que não possuem acesso à educação. Este ano o desafio é fazer com que a educação seja “o impacto mais duradouro” que a Copa de 2010 produza sobre o mundo.

A Semana de Ação Mundial pela Educação é uma iniciativa anual para exigir que os governos cumpram os acordos internacionais em torno do

tema. Desde 1999, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação coordena esta campanha no Brasil.

XI Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública

No Brasil, a ação acontecerá durante a XI Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública promovida pela CNTE, que também acontece de 19 a 25 de abril, tem como tema “Piso e carreira valorizam os/as profissionais da Educação”.



Com informações da CNTE.

Entidade realiza 1ª etapa do Curso de Formação Político-Sindical

A formação amplia a consciência dos educadores, levando-os a assumir um papel social e político

A Secretaria de Formação da APP-Sindicato está proporcionando formação de qualidade e transformadora para os professores e funcionários de escola, representantes de escola e município, representantes da APP em conselhos e para educadores que dirigem o sindicato. A primeira etapa do curso de formação, turma estadual, aconteceu nos dias 09, 10 e 11 de abril, na Colônia da APP em Guaratuba. A partir da segunda quinzena de abril, os núcleos sindicais organizarão suas turmas regionais.

A formação amplia a consciência dos educadores, levando-os a assumir um papel social e político, a tomar partido, deixando de lado a omissão, compreendendo melhor o mundo em que vivem e a escola em que trabalham. Os conteúdos a serem trabalhados na primeira etapa são Processo da Consciência, Dialética da Totalidade Concreta e Escola e Desigualdade Social. Informações podem ser obtidas nos Núcleos Sindicais da APP e na Sede Estadual pelo telefone: (41) 3026-9822.

Programa de Formação – Em março deste ano a APP-Sindicato realizou o Seminário Estadual de finalização do Programa de Formação da entidade. O Programa de Formação da APP foi realizado nos últimos três anos (2007/ 2009), em conjunto com Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O evento foi aberto com a apresentação do Coral Canta APP, do Núcleo Sindical de Ponta Grossa. Compuseram a mesa de abertura do Seminário de encerramento do Programa a presidente da APP, Marlei Fernandes, o secretário

de Formação da CNTE, Gilmar Soares Ferreira e a secretária de Formação da APP, Izabel Catarina Zollner. A professora Marlei deu boas vindas aos participantes do curso e a todos que aceitaram o desafio da trajetória destes três anos, formandos, formadores, direção da APP, Núcleos Sindicais, CNTE e UFPR.

Ela destacou que a cada etapa da formação, os trabalhadores saem mais fortes, com consciência dos problemas da sua classe. Quando se organiza para além da teoria, a classe trabalhadora sai mais forte para fazer a luta. "Há muitos compromissos e muitos desafios, mas para alcançar uma escola pública de qualidade é preciso que nós, educadores, desempenhemos a função social que temos o dever de desempenhar na sociedade brasileira", finalizou.

O secretário de formação da CNTE, Gilmar Soares Ferreira, destacou que o Curso de Formação da APP é um exemplo para todo o Brasil em formação de dirigentes sindicais. Este compromisso da APP reflete a sua luta pelo direito de todos à educação pública de qualidade. "Fazer formação de dirigentes sindicais no Brasil sempre foi um desafio e este desafio a APP está enfrentando, como forma de garantir, com idéias, espaços na sociedade".

A secretária de Formação da APP, Izabel Catarina Zollner, analisou o evento como um dia muito especial, porque encerrou uma etapa de desenvolvimento de um programa que formou mais de 6 mil educadores no Paraná, que poderão utilizar os certificados na progressão da carreira.

Logo após a abertura, o professor Gaudêncio



Secretaria de Formação Izabel Catarina Zollner, presidente da APP Marlei Fernandes de Carvalho e Gilmar Soares Ferreira da CNTE



Professor Gaudêncio Frigotto desenvolveu o tema do encontro

Frigotto, da Universidade do Rio de Janeiro, desenvolveu o tema do encontro: As relações entre política, vida e trabalho no chão da escola: o papel e vínculos da universidade e do sindicato. A palestra do professor está disponível no portal da APP-Sindicato.

APP prepara Conferências de Educação da entidade

A APP-Sindicato está organizando as suas Conferências de Educação. De maio a julho, os 29 Núcleos Sindicais da APP vão realizar suas Conferências Regionais, preparatórias para a Conferência Estadual da APP, que acontecerá nos dias 20 e 21 de agosto de 2010.

A secretaria Educacional da APP, professora Janeslei Aparecida Albuquerque, explica que as Conferências de Educação da APP-Sindicato farão um balanço das políticas educacionais do governo no último período e apontarão as demandas não realizadas,

além de indicarem as políticas educacionais propostas pelos trabalhadores da Educação para o próximo governo.

Embora a APP realize seus congressos e conferências independentemente do programa nacional de conferências, este ano o evento sindical terá seus debates potencializados pelas diretrizes da Conferência Nacional de Educação (Conae). "As nossas propostas foram consenso na Conae, e por isso devemos trazer para o Estado as diretrizes de democratização da Escola, com eleição direta para diretor, verba pública para as escolas públicas e melhorias das con-

dições de trabalho, com redução de alunos por turma, ampliação da hora-atividade e implantação da lei do piso em todos os municípios," destaca a professora.

As conferências regionais e a Conferência Estadual da APP serão abertas a todos os sindicalizados. Neste ano, o mote deverá ser a urgência da Lei de Sistema, a fim de garantir que as boas políticas conquistadas pela categoria se tornem lei; e o Plano Nacional de Educação, para que seja composto em consonância com o Plano Nacional de Educação, para os próximos 10 anos.

Mandato da educação fez a diferença na Assembleia

Durante o ano de 2009, o professor José Lemos exerceu o mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Neste espaço de tempo, Lemos, que também é secretário de Política Sindical da APP-Sindicato, apresentou vários projetos de interesse dos trabalhadores da educação e de outras categorias. Além disso, levou para Assembleia debates importantes.

“Apresentamos proposta, importantes, que ainda aguardam parecer, como a da equiparação salarial entre servidores e a alteração da lei para garantir aos professores, que prestaram serviço ao Estado pelo PSS, que possam contar este tempo no avanço da carreira. Também conseguimos aprovar outros projetos relevantes como a criação dos dias do ‘Funcionário de Escola’, do ‘Combate à Homofobia’ e da ‘Consciência Negra’”, explicou Lemos.

Segundo ele, o mandato realizou diversas ações na defesa dos direitos sociais da população, o que o motivou a apresentar mais de 40 projetos de lei que visaram garantir, entre outras coisas, a ampliação dos direitos dos educadores, jovens, população afro-brasileira, mulheres, LGBTs, povos tradicionais, policiais civis e militares e servidores em geral.

O trabalho do Lemos também pôde ser visto nas ruas. Ele apoiou diversas mobilizações, como a puxada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em defesa da redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas. “Também participamos dos debates pelo trabalho decente, pré-sal, saúde do trabalhador, reforma agrária e outros importantes temas”, relembra.

As diversas conferências regionais realizadas em 2009, que integraram debates nacionais, a exemplo da Conae (Educação) e Confecom



Mandato atuou na defesa dos direitos dos paranaenses

(Comunicação), entraram na agenda do parlamentar. Ele também atuou no sentido de garantir a participação popular em audiências públicas e ajudou a criação de frentes parlamentares na defesa dos interesses da população.

“Mesmo tendo consciência dos limites existentes no parlamento, o

mandato se propôs a tentar superá-los coletivamente, por acreditar que podem ser pedagógicas as lutas que travamos dentro de espaços ainda pouco democráticos”, salientou.

Para saber mais sobre o mandato, acesse o site www.professorlemos.com.br

Paraná organiza Conselho Estadual de Comunicação

Estado debate fórum que deverá contar com a participação do governo, entidade e sociedade

A realização da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em dezembro do ano passado, já tem dado frutos. No Paraná, a Comissão Paranaense Pró-Conferência de Comunicação (CPC-PR) – formada por 28 entidades, entre elas a APP-Sindicato – começou o ano de 2010 pressionando para que as resoluções da Confecom sejam implantadas. E uma das frentes de luta é a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social.

A proposta das entidades, em diálogos realizados com o governo, é que este Conselho seja um fórum que possibilite Estado e sociedade civil discutir políticas democráticas - e que considerem o interesse público - voltadas à comunicação social. Para tanto, as

entidades preparam uma audiência pública na Assembleia Legislativa.

O Conselho Estadual cumprirá um papel estratégico, formulando parâmetros que visam coibir possíveis abusos e arbitrariedades dos meios de comunicação”, destacou o secretário de Imprensa da APP, professor Luiz Carlos Paixão da Rocha.

Longo caminho – Além do Conselho, as entidades lutam para que as diretrizes retiradas na Conferência Nacional tornem-se, de fato, políticas públicas em execução. Em dezembro, os delegados que participaram da Confecom aprovaram mais de 600 propostas que tratam da produção de conteúdo, meios de distribuição e direitos e deveres para o setor.

“No ano passado a sociedade brasileira pôde finalmente debater a comunicação no país. Sem democratizar as comunicações não teremos democracia”, salientou Paixão. No dia 8 de maio o CPC-PR realiza uma plenária pós-Confecom e um encontro estadual, na sede da APP.



Prof. Paixão durante a Confecom

Conheça algumas definições aprovadas na Confecom

:: Classificação da banda larga como um direito fundamental a ser garantido pelo Estado;

:: Proibição de concessões destinadas a parlamentares ou parentes destes até terceiro grau;

:: A renovação das concessões deve garantir a diversidade e proibir a propriedade cruzada, a concentração e o monopólio;

:: Criação de conselhos nacional, distrital, estaduais e municipais de Comunicação no Brasil;

:: Criação de uma comissão sobre violações de direitos humanos nas comunicações, vinculada ao Conselho Nacional;

Começa a 2ª fase do curso “Relações de gênero, étnicorracial e diversidade sexual nas escolas”

Em conjunto com a UTFPR, programa seguirá até outubro de 2010

A secretaria de Gênero e Igualdade Racial da APP-Sindicato realiza a segunda fase do Programa de Formação em “Relações de gênero, étnicorracial e diversidade sexual nas escolas” organizado em conjunto com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Este ano, o curso teve início no dia 05 de abril, com a palestra de abertura da Dra. em Sociologia Política pela Universidade de Paris, Helena Hirata. Volta- do a todos os núcleos sindicais da APP, o programa segue até outubro e tem por objetivo promover a organização das Secretarias de Gênero e Igualdade Racial e o fortalecimento dos Coletivos Regionais de Gênero e

Étnicorraciais em todo o Estado.

Para a secretária de Gênero e Igualdade Racial, Lirani Maria Franco, a proposta deste ano é ampliar as discussões sobre o tema no ambiente escolar. Para tanto, contará com a participação de pesquisadores que acompanham os debates sobre os temas propostos. “Estamos realizando o curso em parceria com a UTFPR e fomos convidadas a participar da abertura do VII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, que aconteceu em 05 de abril na UTFPR. Como a palestra de abertura deste evento foi proferida pela Dra. Helena Hirata, pesquisadora na área de Sociologia do Trabalho e do Gênero, propusemos que esta atividade fizesse parte do curso”, declara.

Para fazer parte do programa é preciso ser sindicalizado. E os participantes, cerca de 60 pessoas no total, terão de fazer o repasse dos



Além dos secretários/as regionais de Gênero e Igualdade Racial, a 1ª fase do curso reuniu professores da base

conteúdos estudados aos educadores nos 29 núcleos regionais da APP. O programa, iniciado no ano passado, será realizado em três etapas este ano. Mais informações sobre as temáticas do curso, carga horária e programação podem ser obtidas na Secretaria de Gênero e Igualdade

Racial, com Lirani ou Solange Ferreira.

PROGRAMAÇÃO 2010

Etapa I - Dia 07 e 08 de maio

Etapa II - Dia 09 e 10 de julho

Etapa III - Dia 22 e 23 de outubro

APP participa do Curso de Extensão das Relações Étnicorraciais da UFPR

Em agosto, além das novas turmas de 120 horas está previsto um curso de especialização sobre a temática

O curso de extensão ‘Educação das Relações Étnico-Raciais’, realização do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com apoio da APP-Sindicato, teve início no dia 16 de março com a apresentação de aula de abertura proferida pelo secretário de Imprensa e coordenador do Coletivo da Promoção da Igualdade Racial da APP, Luiz Carlos Paixão da Rocha. Na ocasião, Rocha abordou as políticas afirmativas implementadas no Brasil e no Paraná no contexto das Leis 10.639/03 e 11.645/08 fazendo resgate histórico da participação da população negra em relação à educação, sobretudo a força do movimento negro para incluir na Constituição Brasileira e na legislação nacional mecanismos de combate às práticas discriminatórias e racistas.

Destinado aos professores, diretores, administradores educacionais

e coordenadores pedagógicos da educação básica pública municipal, o curso tem por objetivo formar especialistas capazes de atuar em sala de aula, nas escolas e nas redes públicas em prol da igualdade racial e difundir e propiciar formação inicial sobre políticas afirmativas na rede pública de ensino. O curso - que tem 10 módulos e carga horária de 120 horas - contará com representantes dos 29 núcleos sindicais da APP. Em agosto, além de duas novas turmas, está prevista a criação de um curso de especialização sobre a temática.

Segundo o coordenador do Neab, professor Dr. Paulo Vinicius, o envolvimento dos sindicatos no desenvolvimento dos cursos tem sido fundamental para o êxito do programa de formação. A secretaria de Gênero e Igualdade Racial da APP-Sindicato tem organizado a categoria na participação dos cursos. A turma com



Os diretores da APP Luiz Carlos Paixão da Rocha e Lirani Maria Franco participam da abertura do curso de extensão

aulas nas terças e quintas-feiras é destinada a educadores de Curitiba e região metropolitana. No sábado, as aulas são para os educadores do interior do Estado.

A iniciativa também conta com o

apoio do Núcleo de Relações Étnicorraciais e Afrodescendência (Nerea), da Secretaria de Estado da Educação (Seed), e do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac).

PNDH-3: movimentos social e sindical apóiam integralidade do plano

Desde que o Decreto Presidencial 7.037, de dezembro de 2009, instituiu a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), uma polêmica em torno de uma série de pontos do documento veio à tona. A discussão ideológica acabou levando o governo a recuar e anunciar a revisão de três ações programáticas – das 521 que constam no Programa.

Devem ser removidos o apoio ao projeto de lei que desriminaliza o aborto e ao impedimento

à ostentação de símbolos religiosos, tais como crucifixos, nas paredes de prédios públicos. Além disso, será alterada a proposta de mediação de conflitos agrários, retirando a exigência de audiência prévia com os envolvidos antes de decisões judiciais como a reintegração de posse.

Outros itens do PNDH-3 foram criticados, como a sugestão de taxação de grandes fortunas; as propostas sobre união homoafetiva; e a apura-

ção dos crimes cometidos pelos serviços de repressão da ditadura militar (1964-1985). Setores da mídia também criticaram o item do plano que prevê a elaboração de um ranking dos veículos comprometidos com os direitos humanos e a suspensão de propaganda oficial em veículos que mantenham programas que atentem contra estes direitos.

O recuo do governo causou frustração no meio sindical e junto a diversas representações dos movimentos sociais. As

entidades lembram que o PNDH-3 não foi obra de uma legenda ou grupo político, mas fruto de dois anos de debates, promovidos em audiências públicas, conferências regionais, estaduais e nacional de Direitos Humanos, que mobilizaram cerca de 14 mil pessoas.

“É inadmissível que, de novo, o governo ceda e abra mão de convicções históricas da sociedade. Este programa é uma evolução. Revê-lo,



Reunião na APP dos movimentos sociais em defesa do plano

Vânia Manguera

...o PNDH-3 não foi obra de uma legenda ou grupo político, mas fruto de dois anos de debates...

cortando ou amaciando itens polêmicos significa, na verdade, uma vitória dos setores conservadores”, destaca a secretária de Políticas Sociais da APP-Sindicato Silvana Prestes.

Ela informa que no dia 28 de abril, o PNDH-3 será tema de uma audiência no Ministério Público Estadual. A ativi-

dade, na realidade, é um ato em defesa da manutenção da integralidade do plano, sem as mudanças anunciadas. “É essencial que os movimentos sociais e partidos de esquerda unifiquem a luta em favor do PNDH e pressionem o governo a fim de que ele seja colocado em prática”, alerta Silvana.

Entidade fez parte de Marcha de 100 km organizada pela Marcha Mundial das Mulheres

Entre os dias 8 e 18 de março, cerca de 3 mil mulheres brasileiras participaram da 3ª ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). A marcha, que teve como lema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, percorreu o trajeto entre as cidades de Campinas e São Paulo e contou com a participação de 150 mulheres paranaenses.

A 3ª Ação Internacional, encer-

rada em 18 de março com um ato em frente ao estádio do Pacaembu, na capital paulista, teve como eixos principais quatro campos de atuação: autonomia econômica, violência contra a mulher, paz e desmilitarização e bens comuns e serviços públicos. Na lista das reivindicações das marchantes estavam: aumento do salário mínimo, reforma agrária e trabalho das mulheres, legalização do aborto, saúde, sexualidade, edu-

cação não sexista, economia solidária e feminista, soberania alimentar, entre outras.

A mobilização brasileira fez parte do calendário da 3ª Ação Internacional, que contou também com atividades em mais de 50 países. O encerramento será em Kivu do Sul, na República Democrática do Congo, no dia 17 de outubro. Realizadas de cinco em cinco anos, as ações internacionais reúnem mulheres de vários

países em grandes atos, que têm como objetivos centrais denunciar as condições de desigualdade vivenciadas pelas mulheres e impulsionar a luta feminista para a transformação da sociedade.

Além das educadoras da base e funcionárias da APP-Sindicato, a ação contou também com mulheres de movimentos sociais como CUT, Contag, MMC, Via Campesina, MST, MAB, Upe, entre outros.



Andrea Rosendo

100 anos do 08/03 em Curitiba – A APP-Sindicato e a MMM-PR e demais movimentos sociais organizaram, no dia 06 de março, o ato alusivo ao Dia Internacional da Mulher na capital do Paraná. Na ocasião, mais de 400 mulheres integrantes dos movimentos feminista, sindical e de organizações sociais do campo e da cidade saíram da Praça Santos Andrade em caminhada pelas ruas do centro de Curitiba até a Boca Maldita para protestar contra as diferentes formas de desigualdades presentes na sociedade e no mercado de trabalho.

Trabalhadores debaterão direitos, cidadania e educação no '1º de Maio' da CUT

Tendas temáticas instaladas no evento prestarão informações sobre educação e saúde públicas, orientações trabalhistas, pré-sal, entre outros.

Músicos e profissionais da educação, da saúde, da agricultura, das empresas siderúrgicas, dentre outras categorias, estarão trabalhando no ato de comemoração e luta do Dia Internacional do Trabalhador de 2010 da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Junto com os movimentos populares, estes profissionais realizarão na cidade de Araucária um dia de atividades, debates e apresentações culturais e musicais.

Para o secretário de Finanças da APP-Sindicato e diretor de imprensa da CUT Miguel Baez, a programação da atividade será bem vasta. "Diferente dos anos anteriores, optamos por um formato diferente da manifestação do 1º de Maio. Junto com a chamada geral, estaremos debatendo várias questões relacionadas

ao mundo do trabalho e a vida das pessoas, como emprego, saúde, meio ambiente e educação. Dessa forma, além de marcar uma data histórica de referência internacional na luta dos trabalhadores, estaremos qualificando a nossa compreensão acerca dos temas abordados e organizando as lutas futuras", defende Miguel.

A comissão que prepara o 1º de Maio organiza várias ações para a data e quer reunir o máximo possível de organizações e sindicatos no processo. O destaque deste ano será as sete tendas temáticas. Nestas tendas, a partir das 9h30, a população poderá debater, esclarecer dúvidas e receber, por meio delas, informações sobre direitos trabalhistas, previdência, saúde pública,

agroecologia, educação, reforma agrária e criminalização dos movimentos sociais, pré-sal, gênero, raça e trabalho decente, segurança e cidadania, economia solidária, trabalho e renda, políticas públicas, entre outros.

A tenda "Educação Pública de Qualidade: A Escola que Queremos!" contará com a participação de trabalhadores da educação ligados à APP-Sindicato, Sismmac - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - e UPE - União Paranaense dos Estudantes.

As apresentações culturais terão início às 12 horas e contarão com espetáculos de música de raiz, grupo de dança afro de Curitiba, hip hop e reggae. Os shows finais terão a presença das bandas Blindagem (rock



and roll) e Rastapé (forró).

O lema do 1º de Maio da CUT-PR e dos movimentos sociais será a Campanha pelo Trabalho Decente, que busca combater a pobreza, a desigualdade social e a fome.

Senado aprova Convenção 151 do serviço público

A Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da ONU, foi ratificada pelo plenário do Senado em 30 de março. A 151 estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas - municipal, estadual e federal. Para entrar em vigor, a medida precisa ser sancionada pelo presidente Lula, que, atendendo a reivindicação da CUT, tomou iniciativa de enviar o projeto ao Congresso Nacional em fevereiro de 2008.

A 151 é defendida pela CUT desde a criação da Central, em 1983. Segundo o presidente da CUT nacional, Artur Henrique, a entrada em vigor da Convenção será o marco de uma mudança na cultura política e administrativa do Brasil, onde ainda prevalece em muitos estados e municípios a ideia de que governador ou prefeito têm poder absoluto e não devem satisfações ou atenção aos trabalhadores públicos.

Desde julho de 2007, a CUT debate com o Ministério do Planejamento a elaboração de um escopo jurídico para ordenar um sistema permanente de negociação no serviço público, por meio da adaptação da Convenção da OIT à realidade brasileira. A 151 vai melhorar o ambiente e as relações de trabalho no serviço público, o que vai aperfeiçoar a qualidade do atendimento à população.

A Convenção 151 também estabelece os seguintes princípios:

1. Proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho.
2. Independência das organizações de trabalhadores da função pública face às autoridades públicas.
3. Proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações de trabalhadores da função pública.
4. Concessão de liberação aos representantes das organizações de trabalhadores da função pública reconhecidas, permitindo cumprir suas funções seja durante as suas horas de trabalho ou fora delas.
5. Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores.
6. Garantias dos direitos civis e políticos essenciais ao exercício normal da liberdade sindical.

Aumento do piso regional é aprovado na Alep

A partir de 1º de maio o piso regional do Paraná terá recomposições entre 9,5% e 21,5%. Os novos salários foram aprovados no dia 29

de março, na Assembleia Legislativa do Paraná. Os menores salários passam de R\$ 605,32 para R\$ 663,00 (Grupo I), e o maior de R\$ 629,45,45 para R\$ 765,00 (Grupo IV).

O projeto de lei do reajuste dos pisos foi elaborado pelo governo do Estado, CUT e demais centrais sindicais, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). De acordo com levantamento do Ipardes, o projeto atinge diretamente 350 mil trabalhadores e a estimativa do Dieese é que o aumento deve injetar mais R\$ 150 milhões por mês na economia do Estado. O piso regional é aplicado somente aos trabalhadores que não possuem acordo ou convenção coletiva de trabalho.

CUT e movimentos sociais mobilizam-se contra a corrupção na Assembleia Legislativa do Paraná

O movimento Caça Fantasmas fez protesto no final de março, em Curitiba, contra a corrupção na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Na ocasião, cerca de trezentas pessoas, entre trabalhadores, estu-

dantes e militantes dos movimentos sociais se manifestaram contra os atos secretos e a existência de funcionários fantasmas na Alep. Apesar de o caso já está sendo investigado pelo Ministério Público do Paraná e também pela Polícia Federal, a CUT e os movimentos sociais querem uma auditoria pública nas contas da Assembleia e exigem a cassação dos parlamentares envolvidos, a exoneração dos fantasmas e a devolução das verbas desviadas dos cofres públicos.

O movimento Caça Fantasmas, criado para combater a corrupção na Alep, é composto por diversas entidades da sociedade civil organizada, como a CUT, a UPE e vários sindicatos filiados e já realizaram dois atos públicos exigindo a apuração das denúncias e a punição de todos os envolvidos no esquema de desvio de dinheiro público.

Atos do Legislativo – Em março deste ano, a imprensa paranaense divulgou informações que colocam sob suspeita o Poder Legislativo do Paraná. Entre janeiro de 2006 e 31 de março de 2009, foram editados 2.178 atos administrativos que não constam em nenhum diário oficial numerado. São atos de nomeação, exoneração, movimentação de pessoal e outros.

Secretaria de Políticas Sociais debaterá meio ambiente

Projeto ambiental voltado à categoria será realizado em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores

O tema meio ambiente fará parte da atuação sindical da APP-Sindicato. Nos próximos meses, a secretaria de Políticas Sociais estenderá a discussão para a categoria. Segundo ela, entre os meses de abril, maio e junho haverá seminários regionais sobre meio ambiente nas cinco macros - Londrina, Cascavel, Maringá, Guarapuava e Curitiba. Após a realização dos debates, o sindicato orga-

nizará, no início do segundo semestre, o seminário estadual para tratar do assunto e viabilizar a criação dos Coletivos de meio ambiente.

Para Silvana Prestes, secretária de Políticas Sociais da APP, o objetivo desse projeto realizado em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores é compreender os processos que levam a atual crise ambiental no planeta. "Temos que

reciclar, separar o lixo, economizar água, mas, para além disso, temos que entender que o atual modelo de desenvolvimento, ou seja, guiado pelo capitalismo, tem causado impactos na natureza que devem ser repensados. A atual crise ambiental exige e exigirá de todos uma consciência dos problemas ambientais. E é sobre isso que vamos dialogar com a categoria", explicou.

Diretor da APP participa de livro que reflete as relações raciais nas escolas

Organizado pela professora doutora Maria Elena Viana Souza, o livro "Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/09" traz dez artigos de educadores de várias partes do país, entre eles um do professor mestre Luiz Carlos Paixão da Rocha, atual secretário de Imprensa e Divulgação da APP-Sindicato.

A lei, tema da obra, foi aprovada em 2003 após intensa luta do movimento social negro. Ela tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica.

A obra saiu pela Editora Rovelle,

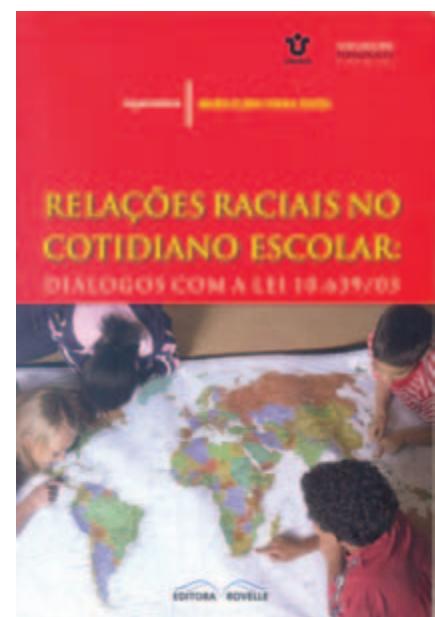
do Rio de Janeiro, e, segundo a descrição da própria organizadora, tem como objetivo "trazer fundamentos para um maior entendimento da lei 10.639/03 e narrar algumas experiências, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino superior – mais especificamente em cursos de formação de professores – que podem contribuir para a aplicação da referida lei".

A contribuição do diretor da APP trata do seguinte tema: 'Lei 10.639/03: desafios e perspectivas para a implementação dos conteúdos afro-brasileiros nas escolas'. Nele, Paixão faz algumas considera-

ções sobre as contribuições da lei para a "superação de construções ideológicas de dominação racial presentes na escola e na sociedade brasileira".

Segundo ele, vivências reais fundamentaram o conteúdo. "O texto foi embasado em debates realizados com professores da educação básica e, também, através do acompanhamento de experiências de implementação da lei na rede pública estadual do Paraná", informa.

Os interessados em adquirir a obra podem entrar em contato com a própria editora, através do e-mail rovelle@rovelle.com.br.



Ingrid Ditzel Felchak: poesia e sensibilidade

Autora de diversos trabalhos, inclusive premiados, a professora Ingrid Ditzel Felchak acaba de lançar um novo livro. Trata-se de "Meninas – Poemas para pensar e sonhar". A educadora, que vive em Ivaí, também é membro da Academia de Letras, Artes e Ciências do Centro Sul do Paraná.

Como bem explica o editor José Maria Rodrigues, na apresentação da obra, este é um livro "simpático e criativo... É o sonho que se transforma em realidade, em vida pulsante através desses poemas e das ilustrações de outras meninas/mulheres".

São 47 poemas, que descrevem as várias meninas possíveis, bem como sentimentos e situações do mundo feminino. Existem a 'Menina Encantada', a 'Menina Bondosa', a 'Menina Avoada' e muitas outras. O curioso é que familiares e amigas da autora

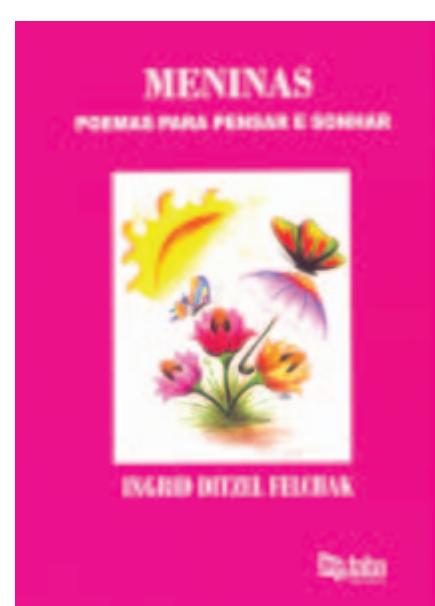
Campanha de Solidariedade – Haiti

O terremoto no Haiti deixou milhões de pessoas em situação degradante. A tragédia despertou a solidariedade de vários países. Na última Assembleia da APP-Sindicato, a categoria decidiu fazer uma doação em dinheiro para as vítimas e produzir um material publicitário (cartão postal) com informações da conta corrente para doações até junho de 2010. O cartão postal que será distribuído – gratuitamente – nos 29 núcleos sindicais e enviado a demais entidades e organizações. Os dados da conta aberta pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), para este fim e que estarão no cartão são: Banco do Brasil, c/c: 956251-6 – SOS Sindical, agência: 3324-3. O

dinheiro arrecadado irá para as três centrais sindicais do Haiti, que cuidará de aplicá-lo no país da melhor forma, informou a secretária geral da APP, Mariah Seni Vasconcelos.

Estima-se que o abalo sísmico tenha matado cerca de 220 mil pessoas, ou seja, o equivalente a 15% da população e feito 600 mil perderem suas moradias. Segundo dados da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), os danos totais ao país caribenho somam cerca R\$ 13 bilhões, ou 120% do Produto Interno Bruto (PIB) haitiano em 2009. O nível de pobreza extrema da população voltou ao patamar dos 71%, praticamente o mesmo de dez anos atrás.

Contribua com a campanha!



ilustraram muitos dos textos. Os interessados em obter o livro podem entrar em contato com a autora através do e-mail: ingridditzel@superig.com.br.

Lançada Campanha de Sindicalização 2010

Com o tema 'Quem luta, educa!' a APP-Sindicato lançou, no final de março, a Campanha de Sindicalização 2010. A secretária de Sindicalizados, professora Madalena Ames, destacou a força da entidade, que, unindo os(as) educadores(as) - aposentados e da ativa -, atua em defesa da categoria e das demais classes trabalhadoras. "Isto só é possível porque os sindicalizados, presentes em todo o município do Paraná, revelam

a força da entidade", destacou.

Segundo Madalena, o desafio da Secretaria, este ano, sindicalizar 10 mil professores(as) e funcionários(as) de escola. Para atingir esta meta, serão desenvolvidas ações pelas direções regionais e estadual, pela base e também através de agentes de sindicalização. Os materiais da campanha já estão chegando nas escolas.

"Nestes 63 anos, nossa entida-

de conquistou espaço e respeito em todos os segmentos da sociedade. Isso só foi possível devido APP possuir uma base forte, que atualmente conta com 58 mil sindicalizados. As diversas lutas do sindicato em defesa da valorização dos trabalhadores e da escola pública fizeram com que ele se tornasse uma das entidades mais importantes e representativas do país, no setor da educação", salientou Madalena.



A meta é sindicalizar 10 mil educadores este ano

APP comemora 63 anos dia 26 de abril

A APP-Sindicato prepara-se para comemorar mais um aniversário. No dia 26 de abril, a entidade completará 63 anos de história. Desde sua criação em 1947, a APP desenvolve intenso trabalho que se traduz em conquistas para a melhoria da qualidade da educação pública no Paraná e se reflete na vida de todos os educadores e educadoras.

Neste momento é importante lembrar da trajetória de luta do Sindicato e também a contribuição grandiosa da APP para a história do Paraná. A grandeza da APP também se reflete na sua integração à luta dos demais trabalhadores, investindo em ações que promovam melhorias para todos os trabalhadores, para o conjunto da sociedade, do país e do mundo.

Histórico - A APP-Sindicato foi fundada com o nome de Associação dos Professores do Paraná em 26 de abril de 1947, por um grupo de professores nas dependências do Instituto de Educação do Paraná. Em 1989, após a promulgação da constituição, que permitiu a formação de sindicato no serviço público, a associação transformou-se em sindicato. Há 14 anos, a categoria dos professores uniu-se à dos funcionários de escolas para formar o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná.



Nos 60 anos, a entidade reuniu os ex-presidentes em foto histórica

27 DE ABRIL: ORGANIZE O DEBATE EM SUA ESCOLA!

- 1) Organize com antecedência em sua escola um momento específico para a realização do debate do dia 27 de abril
- 2) Envolva os representantes de sua escola no debate da pauta de reivindicações
- 3) Compartilhe a leitura e o debate deste material com todo o conjunto de profissionais da educação: professores, pedagogos e funcionários de escolas
- 4) Promova ações coletivas que permitam a participação de pais e a comunidade escolar na sua escola, convocando-os a defender a escola pública e de qualidade e a valorização dos educadores.
- 5) Inicie os debates organizando os principais temas da lista de reivindicações: - Equiparação salarial já (25,97%), aplicação da Lei 11.738/2008, que criou o Piso Profissional Salarial Nacional (PSPN), atendimento à saúde dos educadores, nomeação dos aprovados em concursos públicos da educação, auxílio transporte a todos os funcionários, manutenção da isenção previdenciária aos aposentados, manutenção da alíquota previdenciária de 10% para o pessoal da ativa.